

ÍNDICE

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20

1. Examen de antecedentes  
2. Misión y visión  
3. Alcance de negocio  
4. Estructura organizativa  
5. Políticas y procedimientos  
6. Recursos humanos  
7. Estrategia y objetivos  
8. Política de gestión de riesgos  
9. Política de gestión de recursos  
10. Política de gestión de información  
11. Política de gestión de relaciones



**F·REGO** CORRETORES DE SEGUROS  
INSURANCE BROKERS

## ÍNDICE

1. Envolvente macroeconómica	3
2. Mercado segurador	7
3. Atividade da empresa	8
4. Evolução dos negócios	9
5. Resultados e situação económica e financeira	9
6. Recursos Humanos	12
7. Evolução previsível da sociedade	12
8. Proposta de aplicação de resultados	13
9. Informação exigida por documentos legais	13
10. Principais riscos e incertezas	15
11. Notas finais	16

Excelentíssimos Senhores,

Em conformidade com o previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais,

submete-se à consideração de Vossas Excelências:

- Relatório de Gestão, relativo ao ano económico encerrado em 31 de dezembro de 2018.
- Proposta de aplicação do resultado líquido do período.

## 1. Envolvente macroeconómica<sup>i</sup>

Durante o ano de 2018, verificou-se que, em termos médios, a taxa de crescimento do PIB, a nível mundial, foi de 3,70%, conforme já havia sucedido em 2017, havendo a perspetiva, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional, de que em 2019 se mantenha a mesma cadência de crescimento, em virtude da manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e de trabalho, bem como de níveis relativamente elevados de confiança por parte dos agentes económicos das principais economias avançadas. Se analisarmos a taxa de crescimento do PIB pelas diversas zonas do globo, verificamos que houve uma estabilização da tendência de crescimento, em termos homólogos, sendo de realçar o facto de em nenhuma região se terem verificado taxas de crescimento negativas. Mais uma vez, são os Países Asiáticos em Desenvolvimento a região que apresenta a maior taxa de crescimento a nível mundial (6,50% em 2018, tal como em 2017).

---

<sup>i</sup> Fontes: Banco de Portugal e Fundo Monetário Internacional

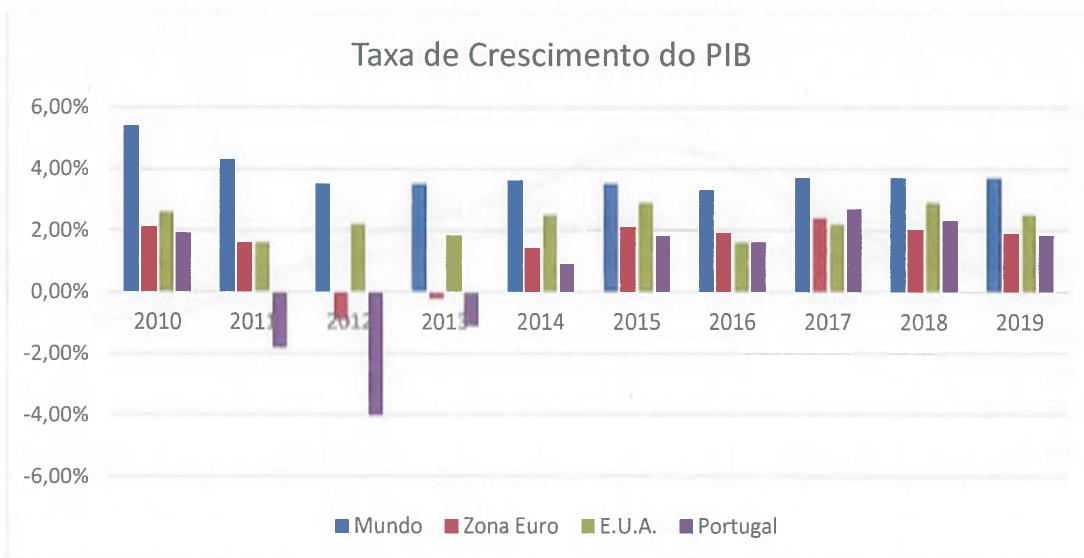
Taxa crescimento do PIB	2018	2017
Mundo	3,70%	3,70%
Zona Euro	2,00%	2,40%
G7	2,20%	2,10%
Outras Economias Desenvolvidas	2,80%	2,80%
Economias em desenvolvimento	4,70%	4,70%
Estados Independentes da Commonwealth	2,30%	2,10%
Países Asiáticos em Desenvolvimento	6,50%	6,50%
Países Europeus em Desenvolvimento	3,80%	6,00%
Países Latino-Americanos e Caraíbas	1,20%	1,30%
Médio Oriente e Norte de África	2,00%	1,80%
África Sub-Sariana	3,10%	2,70%

Fonte: Fundo Monetário Internacional

No que se refere à Zona Euro, a taxa de crescimento do PIB, no ano de 2018, não acompanhou a tendência mundial, tendo diminuído de 2,40% (em 2017) para 2,0% (em 2018), em linha com a previsão de abrandamento feita em 2017, reflexos da incerteza relativa aos efeitos que o *Brexit* possa vir a ter na economia da Zona Euro.

As habitualmente designadas “economias chave”, Alemanha e França, apresentaram uma diminuição no seu ritmo de crescimento, acompanhando a tendência geral, tendo-se verificado taxas de crescimento relativamente a estes dois países, em 2018, de 1,90% (contra 2,5% em 2017) e de 1,60% (contra 2,30% em 2017), respetivamente. Ainda na Zona Euro, de destacar a economia de Chipre, com um crescimento de 4,00% (3,90% em 2017), da Grécia, do Luxemburgo, e da Eslováquia, com taxas de crescimento a rondar os 2,00%, 4,00% e 3,90%, respetivamente, tendo sido os únicos países a apresentarem um aumento no seu ritmo de crescimento em 2018.

Handwritten initials/signature in the top right corner.

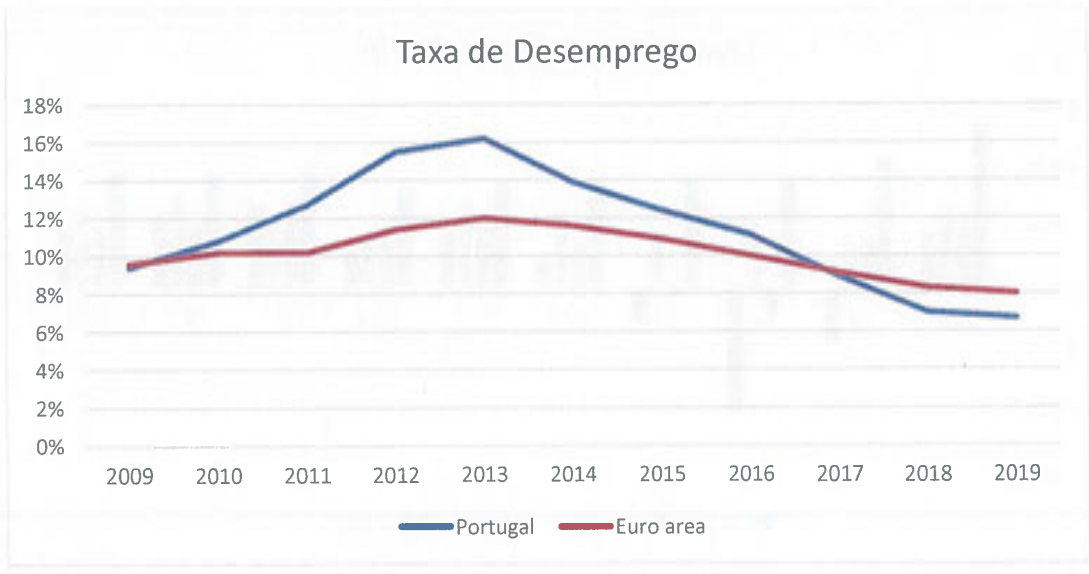


Fonte: Fundo Monetário Internacional

Em Portugal, o crescimento económico para o ano de 2018 atingiu o valor de 2,30%, verificando-se desta forma uma desaceleração em termos homólogos de 0,4% pontos percentuais. Este comportamento é resultado da desaceleração ao nível das exportações e do investimento, devendo a economia portuguesa manter uma trajetória de crescimento nos próximos anos, embora em desaceleração, segundo o Banco de Portugal.

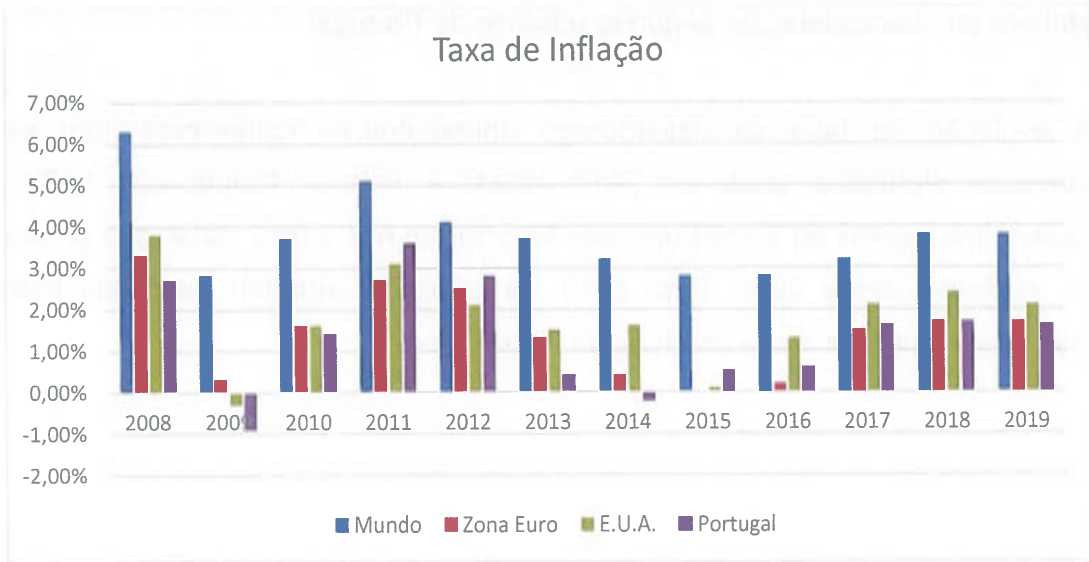
A evolução da taxa de desemprego apresentou-se consistente com as previsões efetuadas, tendo em 2018 voltado a diminuir, ficando nos 7,00%, abaixo dos valores da Zona Euro, que se cifraram nos 8,00%, facto que já não se verificava desde 2009. Para 2019, as previsões apontam para que este indicador mantenha a sua trajetória de decréscimo.

Handwritten notes and signatures in the top right corner of the page.



Fonte: Fundo Monetário Internacional

No que concerne à inflação, a mesma continua a apresentar algum crescimento, afastando-se gradualmente do cenário de inflação nula ocorrido em 2015 e ficando ao nível da zona Euro em 2018.



Fonte: Fundo Monetário Internacional

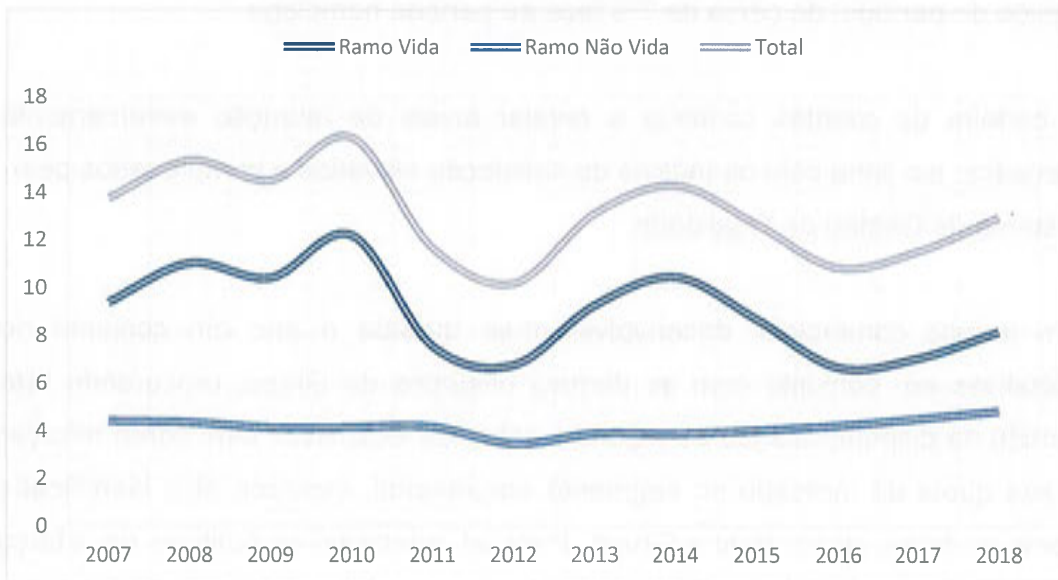
*Handwritten signature and date: 2018*

## 2. Mercado segurador

De acordo com os dados da ASF, no ano de 2018 registou-se um volume de produção de seguro direto de cerca de 12,0 mil milhões de euros, o que se traduz numa variação positiva de, aproximadamente, 12,6% face ao ano anterior, beneficiando da conjuntura económica positiva. Para este incremento contribuiu um aumento visível quer no Ramo Vida (crescimento de 15,9% em termos homólogos), quer no Ramo Não Vida, tradicionalmente mais estável (com um crescimento de 7,3% face ao ano de 2017).

### Volume de Produção – Setor Segurador em Portugal

(unidade: mil milhões de euros)



Fonte: ASF

ms  
R  
h

### 3. Atividade da empresa

A “F. Rego - Corretores de Seguro, SA” apresentou, em 2018, um volume de negócios de 5.206.904,00 €, o que traduz um crescimento face ao ano anterior na ordem dos 16%, ou seja, acima da média do mercado segurador.

Depois de nos anos de 2013 e 2015 a sociedade ter optado por uma política de crescimento por aquisição, que no ano de 2015 já tinha tido algum impacto no crescimento, a partir do ano de 2016 foi possível observar os frutos da política adotada, que juntamente com uma política de crescimento orgânica sustentada, resulta em 2018 na obtenção de um novo máximo histórico no volume de negócios desta Empresa, bem como um crescimento do resultado líquido do período, de cerca de 7% face ao período homólogo.

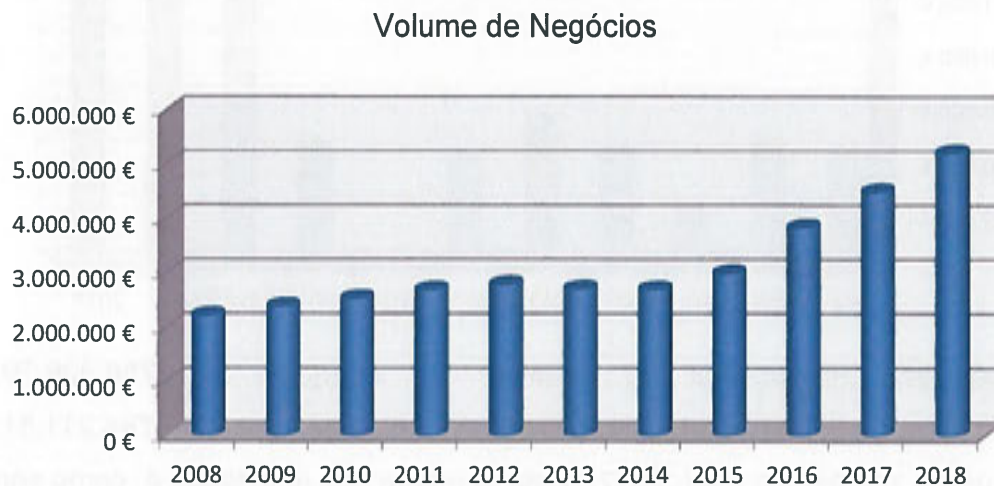
A carteira de clientes continua a revelar níveis de retenção extremamente elevados, em linha com os índices de satisfação elevados e comprovados pelo Sistema de Gestão de Qualidade.

Em termos comerciais, desenvolveram-se durante o ano um conjunto de iniciativas em conjunto com as demais unidades do Grupo, procurando tirar partido da disponibilização de algumas soluções exclusivas bem como reforçar a sua quota de mercado no segmento empresarial, mercado alvo identificado como preferencial por todo o Grupo. Para tal, adotaram-se políticas de reforço comercial, em particular na vertente internacional, em conjunto com os parceiros pertencentes às diversas redes de que a F. REGO faz parte internacionalmente, bem como incentivando a dinamização de multinacionais portuguesas numa lógica claramente diferenciadora das nossas capacidades e valências.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

#### 4. Evolução dos negócios

O volume de negócios, no ano de 2018 foi o maior de sempre, conforme se pode verificar no gráfico abaixo:



Tal como acima referido, no ano de 2018 são ainda mais visíveis as consequências da política de crescimento adotada nos anos anteriores permitindo à sociedade atingir novamente o seu máximo histórico no que concerne ao volume de negócios, em linha com o plano de negócios estratégico do grupo.

#### 5. Resultados e situação económica e financeira

##### 5.1. Resultados

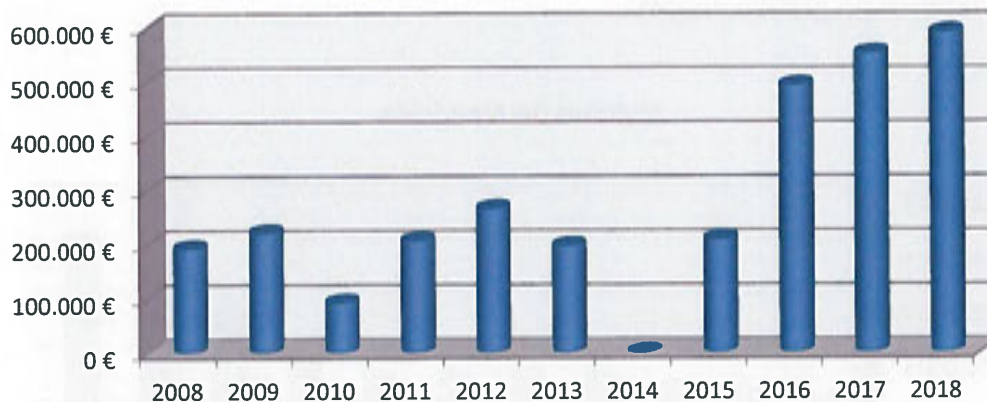
A sociedade apresentou, em 2018, um resultado líquido do período de 590.110,59 €, o que resulta num crescimento significativo (de 38.647 €, correspondente a cerca de 7%) quando comparado com o ano anterior e, mais relevante, representa novamente um máximo histórico para a “F. Rego - Corretores de Seguro, SA”.

Assim, importa salientar que, pelo terceiro ano consecutivo, a empresa apresenta máximos históricos quer no que concerne ao volume de negócios

quer relativamente ao resultado líquido do período.

*Handwritten signature and initials*

### Resultado líquido do período



O resultado operacional foi positivo, no montante de 786.326,79 € (730.330,20 € em 2017), tal como o resultado antes de impostos (784.211,81 € em 2018 e 728.048,06 € em 2017). Este aumento nos resultados é, como seria expectável, consequência do aumento do volume de negócios, uma vez que as principais rubricas de gastos, tal como seria expectável, também aumentaram:

- gastos com o pessoal, com um aumento de cerca de 4% face ao ano anterior (de 1.209.826,46 € em 2018, face 1.162.712,71 € em 2017);
- fornecimentos e serviços externos, com um aumento de cerca de 24% face ao ano anterior (de 2.420.959,42 € para 3.010.028,64 €), e que se explica em grande parte pelo aumento de cerca de 22% (de 2.026.091,40 € para 2.475.258,38 €) nas comissões pagas e que, como será fácil de entender, são correlacionadas com o aumento no volume de negócios.

## 5.2. Situação económica e financeira

Pode constatar-se, pela melhoria nos indicadores, uma evolução positiva da sociedade, o que lhe permite melhores condições para fazer face aos compromissos de curto prazo, bem como de gerar meios líquidos de pagamento, continuando a assegurar níveis de rentabilidade positivos e a manter a sua posição de independência face a terceiros, com reforço da sua autonomia financeira.

Os quadros seguintes apresentam a evolução dos principais rácios económicos e financeiros da F. Rego - Corretores de Seguro, SA:

Rácios Económicos	2018	2017
Rentabilidade dos Capitais Próprios	45,14%	47,25%
Rentabilidade do Capital Social	196,70%	183,82%
Res. Operacionais /Volume de Negócios	15,10%	16,25%
Cash-Flow /Volume de Negócios	13,71%	14,26%
Volume de Negócios / Número de colaboradores	144.636,22 €	124.862,54

Rácios Financeiros	2018	2017
Autonomia Financeira	53,57%	52,20%

## 5.3. Investimentos

Durante o ano de 2018, a F. Rego - Corretores de Seguros, SA, fez investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 124.820,23 € (com especial relevo para a aquisição de equipamento de transporte).

Handwritten initials and signatures in the top right corner of the page.

## **6. Recursos Humanos**

O número médio de colaboradores da empresa foi de trinta e seis. A empresa conta ainda com a participação de outros colaboradores que não integram os quadros, cujo custo está refletido em “Fornecimentos e Serviços Externos”, nomeadamente na rubrica de “Honorários”.

## **7. Evolução previsível da sociedade**

A Administração está confiante que, devido a um dinamismo acrescido da economia em paralelo com o dinamismo comercial da sociedade, o volume de negócios da empresa deverá continuar a registar em 2019 um crescimento sustentado.

Espera-se, deste modo, um ganho de quota de mercado e conseqüentemente um reforço da solidez financeira da sociedade e dos seus resultados, sendo expectável um aumento no resultado líquido do período.

## 8. Proposta de aplicação de resultados

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, SA propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 590.110,59 € (quinhentos e noventa mil cento e dez euros e cinquenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Gratificações aos colaboradores (já pressupostos no resultado líquido do período): 63.808,12 € (sessenta e três mil, oitocentos e oito euros e doze cêntimos);

Aumento de capital: 100.000 € (cem mil euros);

Distribuição de dividendos: 475.000,00 € (quatrocentos e setenta e cinco mil euros);

Reservas Livres: 15.110,59 € (quinze mil cento e dez euros e cinquenta e nove cêntimos).

## 9. Informação exigida por documentos legais

Tendo em consideração o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que:

- Entre a data de referência dos documentos de prestação de contas e a data da sua apresentação para apreciação não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício;
- Não houve aquisição ou alienação de ações próprias durante o exercício. Refira-se, a propósito, que a sociedade não detém ações próprias;
- A sociedade não é devedora de qualquer importância relativa a impostos ou contribuições para a Segurança Social;
- A sociedade não realizou despesas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento;
- Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Administração;
- Não existem sucursais da sociedade;

- Não ocorreram, desde o termo do exercício até à presente data, quaisquer factos relevantes, que ponham em causa e evolução previsível da sociedade.

CM  
[Handwritten signatures]

## 10. Principais riscos e incertezas

A exposição por parte da F. Rego - Corretores de Seguro, SA aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, subordinados aos objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros, está estruturada nas necessidades próprias do negócio.

De referir que os riscos da sociedade relacionados com endividamento, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, são bastante reduzidos, uma vez que o financiamento externo é diminuto Este fator permite uma forte consolidação da sua estrutura financeira e, ao mesmo tempo, baixar o peso dos juros pagos. De facto, o equilíbrio financeiro continua a constituir-se como uma das referências do desenvolvimento da F. Rego e suporte de presciência da Administração, ao não prever, no futuro, a descontinuidade da sua atividade.

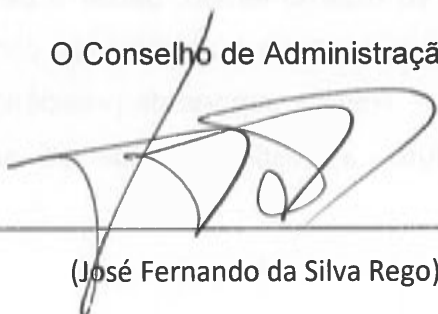
## 11. Notas finais

Ao concluir, reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento:

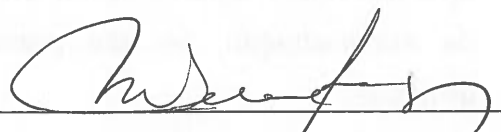
- aos colaboradores, pelo seu empenho e sentido profissional, contribuindo, de uma forma inequívoca, para o desempenho global;
- aos segurados e às seguradoras, pelas excelentes relações estabelecidas.

Vila Nova de Gaia, 11 de junho de 2019

O Conselho de Administração



(José Fernando da Silva Rego)



(Maria Irene Dias de Pinho Neves da Silva Rego)



(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

## **ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO**

Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização eram, à data de 31 de dezembro de 2018, detentores de ações nominativas representativas do capital social nas seguintes quantidades:

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Fernando da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2018: 18.750  
ações

Vogais

Maria Irene Dias de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2018: 15.000  
ações

Pedro Nuno de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2018: 15.000  
ações

Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego

Ações detidas a 31-12-2018: 15.000  
ações

#### FISCAL ÚNICO

Mónica Maria Vilhena Albuquerque D'Orey Leal


Ações detidas a 31-12-2018: Não detém ações

Em conformidade com o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedade Comerciais, informa-se quais os Acionistas que são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do Capital, à data de 31 de dezembro de 2018:

	Ações	% Capital
Houstongest - SGPS, S.A.	236.250	78,75%

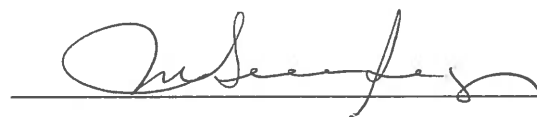
Vila Nova de Gaia, 11 de junho de 2019

O Conselho de Administração



---

(José Fernando da Silva Rego)



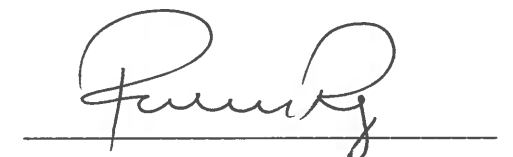
---

(Maria Irene Dias de Pinho Neves da Silva Rego)



---

(Sara Maria de Pinho Neves da Silva Rego)



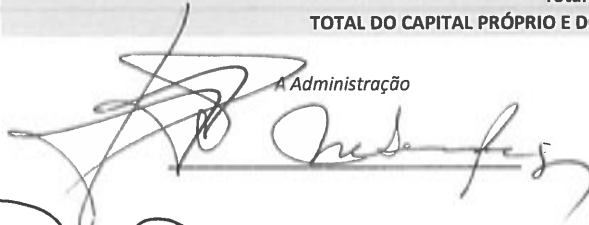
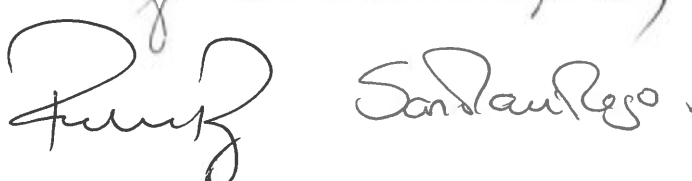
---


(Pedro Nuno Pinho Neves da Silva Rego)



**F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.**  
**Balço individual em 31 de dezembro de 2018**

Rubricas	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		31.12.2018	31.12.2017
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	8	400.135,13	384.751,84
Ativos intangíveis	7	128.751,86	147.874,15
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	11	29.042,22	29.818,04
Outros investimentos financeiros	12	13.518,49	12.371,43
Ativos por impostos diferidos	15	11.864,73	2.659,82
	Subtotal	583.312,43	577.475,28
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	16	6.400,53	11.996,29
Outros créditos a receber	16	662.259,09	610.729,50
Diferimentos	20	43.739,21	41.616,59
Caixa e depósitos bancários	4	1.144.773,59	994.055,42
	Subtotal	1.857.172,42	1.658.397,80
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.440.484,85</b>	<b>2.235.873,08</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	17	300.000,00	300.000,00
Reservas legais	17	60.000,00	60.000,00
Outras reservas	17	339.418,30	257.638,43
Resultados transitados	17	31.250,00	12.500,00
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	17	(13.482,89)	(14.416,54)
	Subtotal	717.185,41	615.721,89
<b>Resultado líquido do período</b>		590.110,59	551.463,52
	<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.307.296,00</b>	<b>1.167.185,41</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos - Instituições financeiras	10	74.000,96	81.653,95
Financiamentos obtidos - sócios	16		100.000,00
	Subtotal	74.000,96	181.653,95
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	25.129,00	43.363,21
Estado e outros entes públicos	16	83.465,07	99.744,31
Financiamentos obtidos	10	55.102,16	36.830,80
Outras dívidas a pagar	16	895.491,66	707.095,40
	Subtotal	1.059.187,89	887.033,72
	<b>Total do passivo</b>	<b>1.133.188,85</b>	<b>1.068.687,67</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>2.440.484,85</b>	<b>2.235.873,08</b>

  
 A Administração  
  
 Sandra Rego

O Contabilista Certificado  
  
 Ricardo Pinheiro

**F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.**

**Demonstração individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de dezembro de 2018**

Rubricas	Notas	Datas	
		2018	2017
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e serviços prestados	13	5.206.904,00	4.495.051,73
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	17.974,18	19.683,65
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.010.028,64)	(2.420.959,42)
Gastos com o pessoal	17	(1.209.826,46)	(1.162.712,71)
Aumentos/reduções de justo valor	12		(65,73)
Outros rendimentos	16	23.032,25	1.853,47
Outros gastos	16	(117.854,93)	(112.813,83)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>910.200,40</b>	<b>820.037,16</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7; 8	(123.873,61)	(89.706,96)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>786.326,79</b>	<b>730.330,20</b>
Juros e gastos similares suportados	16	(2.114,98)	(2.282,14)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>784.211,81</b>	<b>728.048,06</b>
Imposto sobre rendimento do período	15	(194.101,22)	(176.584,54)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>590.110,59</b>	<b>551.463,52</b>
Resultado por ação básico		1,97	1,84

Unidade Monetária: Euro

O Contabilista Certificado

*Richard Simões*

*Richard Simões*  
*Sardinha*  
 Sarilhoso.

## F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.

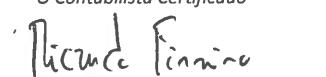
### Demonstração individual de fluxos de caixa

Unidade Monetária: Euro

Rubricas	Notas	Períodos	
		2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		5.161.385,45	4.020.444,59
Pagamentos a fornecedores		-2.919.390,81	-2.401.076,58
Pagamentos ao pessoal		-1.131.067,30	-1.078.451,25
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>1.110.927,34</b>	<b>540.916,76</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-210.502,92	-204.770,04
Outros recebimentos/pagamentos		-87.772,56	-77.193,21
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>812.651,86</b>	<b>258.953,51</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-76.051,64	-130.866,25
Ativos intangíveis			-50.811,59
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		14.600,00	
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			75.000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		360,81	376,34
Dividendos		18.750,00	12.500,00
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-42.340,83</b>	<b>-93.801,50</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			100.000,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-67.476,41	-39.613,57
Juros e gastos similares		-2.116,45	-2.282,15
Dividendos		-450.000,00	-300.000,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-100.000,00	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>-619.592,86</b>	<b>-241.895,72</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>150.718,17</b>	<b>-76.743,71</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>994.055,42</b>	<b>1.070.799,13</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1.144.773,59</b>	<b>994.055,42</b>


  
 A Administração
   

  
 Sandra Rego

O Contabilista Certificado
   

  
 Ricardo Fimino

**F. Rego - Corretores de Seguros, S.A.**

**Demonstração individual das alterações no capital próprio no período**

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018</b>	6	300.000,00				60.000,00	257.638,43	12.500,00					551.463,52	1.167.185,41	1.167.185,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
7															
8													590.110,59	590.110,59	590.110,59
9=7+8													590.110,59	590.110,59	590.110,59
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Distribuições													(450.000,00)	(450.000,00)	(450.000,00)
Aplicação de resultado do período							81.779,87						19.683,65	(101.463,52)	
Outras operações								18.750,00					(18.750,00)		
	10						81.779,87	18.750,00					933,65	(551.463,52)	(450.000,00)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018</b>	11=6+7+8+10	300.000,00				60.000,00	339.418,30	31.250,00					590.110,59	1.307.296,00	1.307.296,00

A Administração

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
 Família Sant'Ana Lobo.

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*  
 Ricardo Faria

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

### 1. Identificação

A F. Rego - Corretores de Seguros, S.A. é uma sociedade anónima, com sede na Avenida da República , 740, Sala 64 em Vila Nova de Gaia, constituída em 1979 e que tem como objeto social o exercício exclusivo da mediação de seguros e outras atividades de intermediação (a esta atividade corresponde o CAE 66220) e tem como número fiscal de contribuinte (e de pessoa coletiva) 500 887 713

(valores expressos em euros)

Evolução da atividade	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Volume de negócios	5.206.904,00	711.852,27	15,84%	4.495.051,73
Total de balanço	2.440.484,85	204.611,77	9,15%	2.235.873,08
Número médio funcionários	36			36
Resultado operacional	786.326,79	55.996,59	7,67%	730.330,20

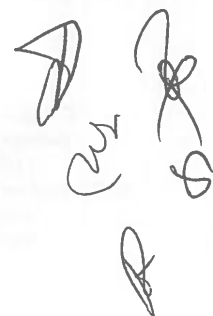
### 2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

#### 2.1 – Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, com as alterações impostas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de julho, que o republica e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015 (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 (Normas interpretativas 1 e 2);



Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada:

- as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

É ainda aplicada a Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro, sobre o “Relato Financeiro dos Mediadores de Seguros ou de Resseguros”, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

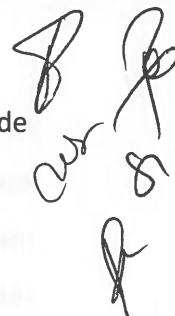
**2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Neste período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis, em todos os aspetos significativos com os valores do período findo a

31/12/2017, com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.



### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1 – Principais políticas contabilísticas:

##### a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritas nos parágrafos seguintes. A aplicação destas políticas foi efetuada de forma consistente nos períodos comparativos:

##### I. Ativos Intangíveis

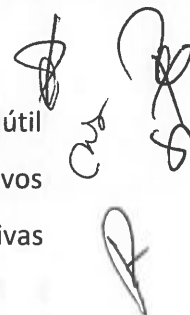
Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Software: 3 anos;
- Carteiras de seguros adquiridas: 10 anos
- Outros elementos não especificamente mencionados: 3 anos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Handwritten initials and a signature in the top right corner of the page.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num prazo máximo de 10 anos.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

## II. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções: 10 anos;
- Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- Equipamento de transporte: 4 a 5 anos;
- Equipamento administrativo: 3 a 8 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a respetiva depreciação, de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos também são registados como gasto.

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

As mais ou menos valias resultantes de eventuais alienações ou abates do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas, na demonstração dos resultados, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou de “Outros gastos e perdas”.

### III. Locações

Os contratos de locação são classificados:

- como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;
- como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

#### IV. Investimentos financeiros – Método da equivalência patrimonial

Os investimentos financeiros em subsidiárias, e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas entidades na data de aquisição é reconhecido como goodwill e apresentado separadamente do valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre custo de aquisição e o justo valor dos ativos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um ganho nos resultados à data da sua realização, na rubrica de “ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas” após confirmação do justo valor atribuído.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Quando a subsidiária, ou associada, apresenta Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo, exceto quando a participante tenha assumido compromissos com a subsidiária ou associada e, nesse caso, o participante regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida.

O Goodwill, é amortizado durante a sua vida útil, ou em 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade. Além disso o Goodwill é testado quanto a imparidade se houver indícios de imparidades, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de ativos, sendo contabilizadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos desses investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

#### V. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos que se qualificam são capitalizados, fazendo, portanto, parte do custo do ativo.

Os restantes custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

## VI. Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos, de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores ou outros litígios identificados.

## VII. Instrumentos financeiros

### i) Clientes

Os créditos sobre clientes estão mensurados pelo seu valor nominal. Com efeito, a totalidade das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Não existem situações de créditos que apresentem um prazo superior ao das condições normais de venda (em que, portanto, a dívida devesse estar mensurada ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo).

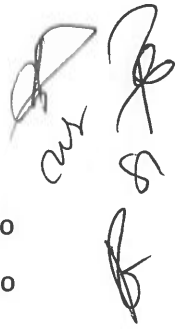
No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não sejam recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

### ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de uma eventual expressão pelo valor atual é considerado imaterial.



VIII. Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos eventualmente expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (o euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas, como rendimentos ou gastos (operacionais ou financeiros), na demonstração dos resultados do período.

IX. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## X. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade, de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes

de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

## XI. Rédito

O Rédito proveniente das prestações de serviços inclui os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela Entidade de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre vendas, não são benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de capital próprio. Por isso são excluídos do rédito.

De forma semelhante, num relacionamento de agência, os influxos brutos de benefícios económicos que não resultem em aumentos de capital próprio para o agente, são excluídos do rédito. As quantias cobradas por conta do capital não são rédito. Em vez disso o rédito é a quantia da comissão.

As prestações de serviços são constituídas, em exclusivo, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecida como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios, por se considerar que apenas nessa data estão reunidas todas as condições para o reconhecimento do mesmo.

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à "F. Rego" pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada (pela Seguradora) do recebimento desse prémio.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores

estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “outros créditos a receber”.

## XII. Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e, os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas “Outros créditos a receber” e “outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

## XIII. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, compensação por isenção de horário e subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e

efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.



#### XIV. Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes**

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

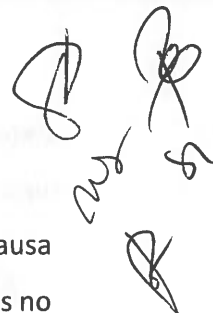
### **3.3 – Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Órgão de Gestão da Empresa situações que coloquem em causa a sua continuidade. Deste modo, as Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.



### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis;
- análises de imparidades ao valor do ativo;
- a quantificação de provisões.

As estimativas foram determinadas considerando a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

## 4. Fluxos de Caixa

A Demonstração de Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

Os saldos de meios financeiros líquidos estão integralmente disponíveis para utilização e são compostos como se apresenta em seguida:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período		2018				2017			
		Saldo Inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final	Saldo Inicial	Movimentos a débito	Movimentos a crédito	Saldo final
Caixa	Numerário	700,00	64.970,09	64.970,09	700,00	984,74	7.110,30	7.395,04	700,00
	...								
	Subtotais	700,00	64.970,09	64.970,09	700,00	984,74	7.110,30	7.395,04	700,00
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	743.355,42	29.725.926,64	29.600.208,47	869.073,59	694.814,39	31.617.482,72	31.568.941,69	743.355,42
	Outros depósitos bancários	250.000,00	275.000,00	250.000,00	275.000,00	375.000,00	925.000,00	1.050.000,00	250.000,00
	Subtotais	993.355,42	30.000.926,64	29.850.208,47	1.144.073,59	1.069.814,39	32.542.482,72	32.618.941,69	993.355,42
Totais		994.055,42	30.065.896,73	29.915.178,56	1.144.773,59	1.070.799,13	32.549.593,02	32.626.336,73	994.055,42

Dos montantes acima referidos, cerca de 180.815 € correspondem a disponibilidades a entregar às seguradoras (261.823 € em 31/12/2017).

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Neste período:

- não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- não se detetaram erros materiais relativos a períodos anteriores.

## 6. Partes relacionadas

### a. Relacionamentos com a empresa-mãe:

A sociedade Houstongest, SGPS, SA é detentora de duzentas e trinta e seis mil duzentas e cinquenta ações da F. Rego, representativas de 78,75% da totalidade do capital social.

Foram concedidos suprimentos pela empresa-mãe à F. Rego, que a 31/12/2017 ascendiam ao montante de 100.000 €. Em julho de 2018 foi efetuado o reembolso da totalidade dos suprimentos.

**b. Transações entre as partes relacionadas:**

A "F. Rego" tem acionistas e administradores comuns com as seguintes sociedades:

- Houstongest, SGPS, SA;
- Regolding, SGPS, SA;
- Regolding Patrimonial, SA;
- F. Rego Lisboa – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda;
- WWI - Mediação de Seguros, Lda;
- Sá Pereira do Lago, Lda;
- Insur4Credit, Lda.
- Segurtext, Mediadores de Seguros, Lda;
- Nersant Seguros, Lda;
- Iberassekuranz Brokers Correduria de Seguros, SL (sociedade de direito espanhol);
- Sanyuu Corretagem de Seguros, Ltda.

No quadro abaixo, podem verificar-se as operações com entidades relacionadas:

*(valores expressos em euros)*

Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas
Nif	Nome	2018	2018	2018	2018	2018	2018
<b>Empresa-mãe</b>							
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.						5.982,32
<b>Empresas associadas</b>							
506233898	WWI - Mediação de Seguros, Lda			464.837,20	1.095.728,36		
<b>Outras partes relacionadas</b>							
500899703	Sá Pereira do Lago, Lda			237.516,97			
507671104	Regolding Patrimonial, SA					87.343,20	
505084090	Segurtext - Mediadores de Seguros, SA			10.776,71			
509339298	Nersant Seguros - Sociedade Mediação Seguros, SA			14.508,01			
509706487	F. Rego Lisboa, Lda			505.144,11			
B85678217	Iberassekuranz Brokers, SL			10.418,67	627,55		
514661666	Insur4Credit			119.260,81			

*(valores expressos em euros)*

Entidade		Saldos a Pagar	Saldos a Receber	Comissões Pagas	Comissões Recebidas	Rendas Pagas	Outros gastos e perdas
Nif	Nome	2017	2017	2017	2017	2017	2017
<b>Empresa-mãe</b>							
505271478	Houstongest S.G.P.S., S.A.	100.000,00					8.202,54
<b>Empresas associadas</b>							
506233898	WWI - Mediação de Seguros, Lda		24,33	410.399,84	771.676,40		
<b>Outras partes relacionadas</b>							
500899703	Sá Pereira do Lago, Lda			191.270,03			
507671104	Regolding Patrimonial, SA					83.428,80	
505084090	Segurtext - Mediadores de Seguros, SA			8.754,58			
509339298	Nersant Seguros - Sociedade Mediação Seguros, SA			14.070,45			
509706487	F. Rego Lisboa, Lda			445.443,50			
B85678217	Iberassekuranz Brokers, SL			7.199,05	2.731,06		

O Conselho de Administração considera que todas estas operações foram praticadas em condições que não diferem substancialmente dos valores que seriam praticados no mercado, entre partes independentes.

### c. Remuneração do pessoal chave de gestão

As remunerações da Administração ascenderam a 183.207,81 € (160.011,82 € no ano anterior), incluindo os encargos com a Segurança Social.

## 7. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por “carteiras de seguros adquiridas, foram todos adquiridos a entidades externas e estão valorados ao custo de aquisição.

No caso dos ativos com vida útil definida, a amortização é feita, após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado. No caso particular das carteiras de seguros adquiridas, considera-se que a vida útil é indefinida e, como tal, procede-se à respetiva amortização ao longo de um período de 10 anos.

O quadro seguinte discrimina as variações ocorridas nos ativos intangíveis nos anos de 2018 e 2017:

(valores expressos em euros)

Ativos intangíveis		Programas de computador	Carteiras de clientes	Totais
início de 2017	Quantias brutas escrituradas	10.413,97	339.783,24	350.197,21
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(8.341,66)	(174.324,41)	(182.666,07)
	Quantias líquidas escrituradas	2.072,31	165.458,83	167.531,14
Amortizações		(1.272,67)	(18.384,32)	(19.656,99)
Perdas por imparidade				
final de 2017	Quantias brutas escrituradas	10.413,97	339.783,24	350.197,21
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(9.614,33)	(192.708,73)	(202.323,06)
	Quantias líquidas escrituradas	799,64	147.074,51	147.874,15
Amortizações		(737,93)	(18.384,36)	(19.122,29)
Perdas por imparidade				
final de 2018	Quantias brutas escrituradas	10.413,97	339.783,24	350.197,21
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(10.352,26)	(211.093,09)	(221.445,35)
	Quantias líquidas escrituradas	61,71	128.690,15	128.751,86

## 8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com as expectativas quanto à capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, são apresentadas no quadro seguinte:

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
início de 2017	Quantias brutas escrituradas	4.295,16	183.965,05	350.662,50	87.484,72	281.055,29		907.462,72
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(894,83)	(178.539,10)	(134.707,49)	(82.308,71)	(218.299,13)		(614.749,26)
	Quantias líquidas escrituradas	3.400,33	5.425,95	215.955,01	5.176,01	62.756,16		292.713,46
Adições			2.338,89			1.817,50	157.931,96	162.088,35
Depreciações		(429,52)	(2.468,34)	(55.165,62)	(1.644,96)	(10.341,53)		(70.049,97)
Perdas por imparidade								
final de 2017	Quantias brutas escrituradas	4.295,16	186.303,94	350.662,50	87.484,72	282.872,79	157.931,96	1.069.551,07
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1.324,35)	(181.007,44)	(189.873,11)	(83.953,67)	(228.640,66)		(684.799,23)
	Quantias líquidas escrituradas	2.970,81	5.296,50	160.789,39	3.531,05	54.232,13	157.931,96	384.751,84
Adições		35.168,88	5.696,84	78.000,00		5.954,51		124.820,23
Transferências		157.931,96					(157.931,96)	
Alienações, sinistros e abates				(24.990,00)				(24.990,00)
Depreciações (alterações)				20.304,38				20.304,38
Depreciações		(19.739,60)	(3.500,69)	(69.853,75)	(989,97)	(10.667,31)		(104.751,32)
Perdas por imparidade								
final de 2018	Quantias brutas escrituradas	197.396,00	192.000,78	403.672,50	87.484,72	288.827,30		1.169.381,30
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(21.063,95)	(184.508,13)	(239.422,48)	(84.943,64)	(239.307,97)		(769.246,17)
	Quantias líquidas escrituradas	176.332,05	7.492,65	164.250,02	2.541,08	49.519,33		400.135,13

## 9. Locações

### a. Locações financeira - Locatários

A quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo é a seguinte:

*(valores expressos em euros)*

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período	Locações financeiras em vigor				2018	2017	
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2018	Quantias escrituradas líquidas dos Ativos locados em 31.12.2017	
			Começo	Fim			
ativos fixos tangíveis	66-ML-47	Millenium BCP	400108611	25-01-2015	25-01-2017	0,00	3.918,12
	78-QC-45	Millenium BCP	400110205	01-07-2015	28-09-2018	na	9.371,25
	80-QB-37	Banco BPI	1660050400	25-01-2016	25-01-2020	40.000,00	60.000,00
	35-RI-94	Banco BPI	1660492200	25-07-2016	25-07-2020	62.500,00	87.500,00
	86-OS-79	Millenium BCP	400120164	16-03-2018	16-03-2022	61.750,00	na
	Subtotais					102.500,00	160.789,37
Totais						164.250,00	160.789,37

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

É ainda de referir que a Empresa tem intenção de adquirir os bens no final do contrato.

Os futuros pagamentos das Locações Financeiras decompõem-se como se segue:

Entidade locadora	Identificação do contrato	Amortização de Capital	
		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Banco BPI	1660050400	14.764,15	22.530,10
Banco BPI	1660492200	14.639,28	25.346,78
Millenium BCP	400120164	23.935,47	26.124,08
TOTAL		53.338,90	74.000,96

### b. Locação operacional

No exercício de 2018, há gastos com locações operacionais:

- referente ao aluguer de viaturas, no valor de 23.919,88 € (18.575,35 € em 2017);
- rendas de imóveis, no montante de 96.922,61 € (92.105,69 € em 2017).

O valor de rendas mensais com imóveis, para 2019, ascende a 7.756,43 €.

Os futuros pagamentos das Locações Operacionais decompõem-se como se segue:

Bem	Ano de Final do contrato	Gastos a suportar	
		Até 1 ano	entre 1 e 5 anos
94-QH-51	2019	2.631,34	
72-SO-93	2020	3.601,14	487,96
80-SF-38	2019	3.376,20	
37-SA-98	2020	4.199,37	3.499,47
16-UD-36	2020	2.370,12	197,51
16-UD-27	2020	2.370,12	197,51
16-UD-43	2020	2.370,12	197,51
32-VM-84	2021	6.888,84	12.629,54
69-VM-09	2021	3.417,48	6.265,38
79-UQ-23	2022	5.228,40	14.813,80
<b>TOTAL</b>		<b>36.453,13</b>	<b>38.288,68</b>

## 10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduza a diferenças de montante materialmente relevante.

A sociedade é devedora, no final do período em análise dos seguintes montantes, a título de financiamento:

*(valores expressos em euros)*

Financiamentos obtidos	31-12-2018			31-12-2017
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Empréstimos bancários	1.763,26 €	(26,75)	(1,49%)	1.790,01 €
Locações financeiras	127.339,86 €	10.645,12	9,12%	116.694,74 €
- Locações financeiras - corrente	53.338,90 €	18.298,11	52,22%	35.040,79 €
- Locações financeiras - não corrente	74.000,96 €	(7.652,99)	(9,37%)	81.653,95 €
Participantes de capital	0,00 €	(100.000,00)	(100,00%)	100.000,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>129.103,12 €</b>	<b>(89.381,63)</b>	<b>(40,91%)</b>	<b>218.484,75 €</b>

Importa referir que:

- a rubrica “empréstimos bancários” diz respeito a cartões de crédito utilizados para fazer face a despesas correntes da sociedade, e que o montante em dívida, a 31 de dezembro de 2018, foi devidamente regularizado em janeiro de 2019;
- a rubrica “participantes de capital” diz respeito a suprimentos recebidos da empresa-mãe e que foram pagos em 2018.

## 11. Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial

Esta sociedade detém uma participação financeira representativa de 12,50% do capital social da empresa “WWI – Mediação de Seguros, Lda.”.

A referida participação financeira, apesar de ser inferior a 20% do capital da participada, passou a ser reconhecida, a partir de 2012, de acordo com o método da equivalência patrimonial, uma vez que existe influência significativa da F. Rego, nos termos do parágrafo 20 da Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 13. Na verdade:

- As sociedades têm em comum vários membros dos respetivos órgãos de gestão;
- Todas as transações da WWI são efetuadas com a F. Rego;
- É fornecida informação técnica essencial pela F. Rego, nomeadamente ao nível Operacional.

As quantias agregadas de ativos, passivos, rendimentos e resultados da empresa associada são as seguintes:

Empresa associada	2018	2017
Total do ativo	463.836,59	433.372,14
Total do passivo	231.498,82	194.827,81
Total do capital próprio	232.337,77	238.544,33
Volume de negócios	1.549.990,33	1.212.694,44
Resultado líquido do período	143.793,44	157.469,19

Entidades	% Participação	% no Capital Próprio da Participada	% no Resultado Líquido do Período da Participada
WWI	12,5%	29.042,22	17.974,18
<b>Total</b>		<b>29.042,22</b>	<b>17.974,18</b>

Mais acrescentamos que não assumimos quaisquer responsabilidades por conta da nossa participada, como tal não constituímos qualquer provisão para perdas.

## 12. Outros ativos financeiros

### a. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2018 a Empresa é detentora dos seguintes ativos: (evidenciados no Balanço na linha de “Outros investimentos financeiros”), mensurados ao custo menos perdas por imparidade acumuladas:

- Ações da “Assurex Global Corporation”, mensurado ao custo histórico de 8.893,51 € (o mesmo valor a 31/12/2017);
- Ações da “Nexponor, Sicafi, S.A.”, valoradas a de 30,60 € (30,60 € a 31/12/2017).

### b. Fundo de compensação do trabalho

A rubrica de outros ativos financeiros é composta por um saldo de 4.594,38 € relativo às contribuições da sociedade para o “Fundo de Compensação do Trabalho” (FCT). Trata-se de um fundo de capitalização individual, obrigatoriamente financiado pelas entidades empregadoras, por meio de contribuições mensais. Tais contribuições constituem uma poupança da sociedade, que visa o pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos por certos contratos de trabalho venham a ter direito na sequência de uma hipotética cessação do contrato de trabalho. No caso dessa cessação do contrato de trabalho não implicar a obrigatoriedade de pagar uma compensação, o valor do fundo reverte para a sociedade.

## 13. Rédito

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo valor nominal do montante recebido ou a receber (considera-se que o valor nominal não difere materialmente do justo valor).

As restantes receitas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos ou gastos são registadas na rubrica de “diferimentos” ou de “outras contas a pagar ou a receber”.

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

As quantias de cada categoria significativa de rédito são as seguintes:

*(valores expressos em euros)*

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2018		2017	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	5.206.904,00	99,99%	4.495.051,73	99,99%
Juros	371,27	0,01%	425,81	0,01%
Totais	5.207.275,27	100,00%	4.495.477,54	100,00%

#### 14. Acontecimentos após a data do balanço

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela gerência e autorizadas para emissão a 11 de junho de 2019, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelos acionistas, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, ou que requeiram divulgação.

#### 15. Impostos sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) às seguintes taxas: até 15.000 euros de matéria coletável 17%, o restante à taxa de 21% (a taxa de Derrama, no concelho de Vila Nova de Gaia, é de 1,5%).

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido código.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Imposto sobre o Rendimento	2018	2017
1. Resultado Contabilístico do Período (antes de impostos)	784.211,81 €	728.048,06 €
2. Imposto Corrente	203.306,13 €	177.914,45 €
3. Imposto Diferido	9.204,91 €	1.329,91 €
4. Imposto sobre o rendimento do período	194.101,22 €	176.584,54 €
5. Taxa efetiva de imposto	24,75%	24,25%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

Movimentos no período de 2018

	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.659,82</b>	<b>0,00</b>
Efeito na demonstração de resultados:	9.204,91	
Efeito em Capital Próprio:		
<b>Saldo Final</b>	<b>11.864,73</b>	<b>0,00</b>

Movimentos no período de 2017

	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por impostos diferidos
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.329,91</b>	<b>0,00</b>
Efeito na demonstração de resultados:	1.329,91	
Efeito em Capital Próprio:		
<b>Saldo Final</b>	<b>2.659,82</b>	<b>0,00</b>

Os ativos por impostos diferidos, no montante de 11.864,73 €, resultam de:

- a existência de amortizações não aceites fiscalmente (por a depreciação contabilística ser superior à fiscal) relativas a uma “carteira de seguros” adquirida em 2014, no montante de 3.989,73 €;
- benefício fiscal (remuneração convencional do capital), no montante de 7.875,00 €.

## 16. Instrumentos financeiros

### a. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Ativos Financeiros	31-12-2018			31-12-2017		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Clientes	6.400,53 €	0,00 €	6.400,53 €	11.996,29 €	0,00 €	11.996,29 €
Outros créditos a receber	769.607,52 €	-107.348,43 €	662.259,09 €	718.077,93 €	-107.348,43 €	610.729,50 €

A rubrica de “outros créditos a receber” detalha-se conforme segue:

Outros créditos a receber	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
<b>Fornecedores de investimentos</b>	107.348,43 €	0,00		107.348,43 €
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	107.348,43 €	0,00		107.348,43 €
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>				
-Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	368.932,33 €	(148.745,41)	(28,73%)	517.677,74 €
-Comissões a receber de seguradoras	89.997,56 €	19.006,14	26,77%	70.991,42 €
-Outros acréscimos de rendimentos	36.494,91 €	32.908,16	917,49%	3.586,75 €
<b>Outras dívidas de terceiros</b>				
-Tomadores de seguros	165.593,61 €	165.593,61		0,00 €
-Outros (seguradoras)	1.177,27 €	817,76	227,47%	359,51 €
-Outros	63,41 €	(18.050,67)	(99,65%)	18.114,08 €
<b>TOTAL</b>	<b>662.259,09 €</b>	<b>51.529,59</b>	<b>8,44%</b>	<b>610.729,50 €</b>

Por uma questão estratégica, a “F. Rego” optou por assumir a responsabilidade de efetuar o pagamento à “Companhia de Seguros Allianz” de um valor que lhe era devido pela “Fleming Seguros”, entidade a quem foi adquirida uma carteira de clientes em finais de 2013. Em 2017, o valor encontrava-se totalmente liquidado à companhia.

A assunção dessa responsabilidade originou um crédito do mesmo montante sobre a “Fleming Seguros” (107.348,43 €) contudo, uma vez que deixou de ser expectável o cumprimento dessa obrigação, em virtude da falta de atividade da mesma, a Administração entendeu, por uma questão de prudência, constituir em 2015 uma perda por imparidade a 100% em outros créditos a receber, cujo saldo se mantém em 2018.

Passivos Financeiros	31-12-2018			31-12-2017		
	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total	mensurados ao custo	Perdas por Imparidade	Total
Fornecedores	25.129,00 €	0,00 €	25.129,00 €	43.363,21 €	0,00 €	43.363,21 €
Outras dívidas a pagar	895.491,66 €	0,00 €	895.491,66 €	707.095,40 €	0,00 €	707.095,40 €

A rubrica de “outros dívidas a pagar – curto prazo” detalha-se conforme segue:

Outras dívidas a pagar	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
<b>Credores por Acréscimo de gastos</b>				
-Remunerações a Liquidar	217.676,27 €	69.048,35	46,46%	148.627,92 €
-Comissões a liquidar	307.634,37 €	107.609,30	53,80%	200.025,07 €
-Outros acréscimos de gastos	10.997,45 €	(15.891,64)	(59,10%)	26.889,09 €
<b>Outros credores</b>				
-Seguradoras	356.446,35 €	133.365,97	59,78%	223.080,38 €
-Adiantamentos dos tomadores de Seguros	2.737,12 €	(62.791,29)	(95,82%)	65.528,41 €
<b>Fornecedores de investimentos - contas gerais</b>	0,00 €	(42.944,43)	(100,00%)	42.944,43 €
<b>Outros</b>	0,10 €			0,10 €
<b>TOTAL</b>	<b>895.491,66 €</b>	<b>188.396,26</b>	<b>(94,88%)</b>	<b>707.095,40 €</b>

## b. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

EOEP - Saldos a Favor do Estado	31-12-2018			31-12-2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
IRC - a pagar	47.270,29 €	7.196,79	(13,21%)	54.467,08 €
IVA - A pagar	0,00 €	6.193,06	(100,00%)	6.193,06 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	14.466,26 €	1.967,04	(11,97%)	16.433,30 €
Fundo de compensação de trabalho	164,45 €	17,03	11,55%	147,42 €
Contribuições para a Segurança Social	21.564,07 €	939,38	(4,17%)	22.503,45 €
<b>TOTAL</b>	<b>83.465,07 €</b>	<b>16.279,24</b>	<b>(16,32%)</b>	<b>99.744,31 €</b>

## c. Juros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a sociedade teve os seguintes rendimentos e gastos com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Juros e gastos similares	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Juros de contr. de loc. financeiras	2.114,98 €	(167,16)	(7,32%)	2.282,14 €
<b>TOTAL</b>	<b>2.114,98 €</b>	<b>(167,16)</b>	<b>(7,32%)</b>	<b>2.282,14 €</b>

#### d. Outros Rendimentos e Gastos

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,18 €	0,18		0,00 €
Rendimentos nos restantes activos financ.	9,22 €	9,22		0,00 €
Outros	12.737,20 €	11.309,54	792,17%	1.427,66 €
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	9.914,38 €	9.914,38		0,00 €
Juros obtidos	371,27 €	(54,54)	(12,81%)	425,81 €
TOTAL	23.032,25 €	21.178,78	1142,66%	1.853,47 €

(valores expressos em euros)

Outros Gastos	2018			2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Impostos	85.657,59 €	13.904,12	19,38%	71.753,47 €
Correcções relativas a períodos anteriores	11.245,35 €	7.922,57	238,43%	3.322,78 €
Donativos	2.065,63 €	512,91	33,03%	1.552,72 €
Quotizações	17.448,26 €	(5.240,77)	(23,10%)	22.689,03 €
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis (op.)	92,92 €	(26,87)	(22,43%)	119,79 €
Outros gastos	1.345,18 €	(12.030,86)	(89,94%)	13.376,04 €
TOTAL	117.854,93 €	5.041,10	4,47%	112.813,83 €

### 17. Capital

#### a. Capital Social

O capital social da empresa está dividido e representado por trezentas mil ações nominativas com o valor nominal de um euro cada.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital da sociedade, no montante de 300.000,00 €, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

#### b. Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social (com um montante mínimo de 2.500,00 €). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018, a reserva legal ascendia a 60.000,00 €, correspondente a 20%

do capital realizado.

#### c. Outras Reservas

As outras reservas, no montante de 339.418,30 €, resultam de lucros gerados pela sociedade em períodos anteriores e que se deliberou manter na sociedade e detalham-se da seguinte forma:

- Reservas Livres: 154.418,30 € (107.638,43 € em 2017);
- Reserva fiscal para investimentos: 185.000 € (150.000 € em 2017).

A reserva fiscal para investimentos resulta da Reserva Especial por Lucros retidos e Reinvestidos.

#### d. Resultados Transitados

Os resultados transitados, no montante de 31.250,00 €, resultam de resultados gerados pelas participadas, que foram atribuídos e recebidos, dos quais 18.750 € em 2018 e 12.500 € em 2017.

#### e. Ajustamentos em ativos financeiros

Nos termos das notas de enquadramento do plano de contas do Sistema de Normalização Contabilística, quando há transição para a aplicação do método da equivalência patrimonial (tal como sucedeu em 2012), esta conta regista a diferença entre as quantias atribuídas à parte de capital, correspondente à fração dos capitais próprios que representavam no início do período, e as quantias por que se encontravam expressas. Conforme foi referido na nota 11 deste Anexo, o método da equivalência patrimonial é aplicado à participação detida na sociedade "WWI". Esta conta é posteriormente creditada pela diferença entre os lucros imputáveis às participações e os lucros que lhes forem atribuídos (dividendos), movimentando-se, em contrapartida, a conta de resultados transitados.

O saldo desta rubrica ascende a 13.482,89 € a 31/12/2018 (14.416,54 € em 2017).

#### **f. Limite da distribuição de bens aos acionistas**

Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos sócios ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas, reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios, quando sejam realizados.

#### **g. Reserva especial por lucros retidos e reinvestidos**

As Entidades que beneficiem do benefício fiscal da dedução por lucros retidos e reinvestidos devem proceder à constituição no balanço de uma reserva especial correspondente ao montante dos lucros retidos e reinvestidos.

A referida reserva não pode ser utilizada para distribuição aos acionistas antes do fim do quinto exercício posterior ao da sua constituição.

## 18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições obrigatórias legalmente, nem outros benefícios a longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

(valores expressos em euros)

Benefícios dos Empregados	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	1.209.826,46 €	100%	1.162.712,71 €	100%
Remunerações dos órgãos sociais	150.827,90 €	12%	130.442,17 €	11%
Remunerações do pessoal	796.000,83 €	66%	749.779,99 €	64%
Benefícios pós-emprego				
Indemnizações	8.860,33 €	1%	46.840,75 €	4%
Encargos sobre remunerações	199.639,88 €	17%	191.711,26 €	16%
Seg. Acid. Trab. e Doenças Prof.	4.224,38 €	0%	3.988,83 €	0%
Gastos de acção social				
Outros gastos com o pessoal	50.273,14 €	4%	39.949,71 €	3%

Na rubrica de “outros gastos com o pessoal” estão incluídos 5.310,22 € relativos a formação.

## 19. Divulgações exigidas por diplomas legais

### a. Dívidas em mora para com o Estado ou Outros Entes Públicos

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

## b. Informação por mercados geográficos

(valores expressos em euros)

Informação por mercados geográficos	2018			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de Serviços	4.836.494,19	368.814,79	1.595,02	5.206.904,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	2.537.457,73	458.344,98	14.225,93	3.010.028,64
Aquisições de ativos fixos tangíveis	124.820,23	0,00	0,00	124.820,23
Aquisições de propriedades de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições de ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00

Informação por mercados geográficos	2017			
	Interno	Comunitário	Outros Mercados	Total
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de Serviços	4.260.580,19	227.455,94	7.015,60	4.495.051,73
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	2.093.000,82	304.829,43	23.129,17	2.420.959,42
Aquisições de ativos fixos tangíveis	162.088,35	0,00	0,00	162.088,35
Aquisições de propriedades de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições de ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00

## c. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas atribuídos ao exercício económico de 2018 foram de 6.200,00 € (valor sem IVA). Estes montantes são única e exclusivamente relacionados com a revisão legal das contas anuais.

## 20. Outras informações

### a. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Diferimentos (ativo)	31-12-2018			31-12-2017
	Quantias	Varição em valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Juros	0,00 €	0,00		0,00 €
Rendas	8.080,28 €	111,09	1,39%	7.969,19 €
Seguros	12.308,34 €	1.502,01	13,90%	10.806,33 €
Outros Gastos a reconhecer	23.350,59 €	509,52	2,23%	22.841,07 €
TOTAL	43.739,21 €	2.122,62	5,10%	41.616,59 €

## b. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	2018			2017
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Subcontratos	369,00 €	(1.107,00)	(75,00%)	1.476,00 €
Trabalhos especializados	125.738,08 €	59.804,73	90,70%	65.933,35 €
Publicidade e propaganda	17.242,15 €	(9.409,98)	(35,31%)	26.652,13 €
Vigilância e segurança	1.342,19 €	(2.591,29)	(65,88%)	3.933,48 €
Honorários	37.403,02 €	(6.807,25)	(15,40%)	44.210,27 €
Comissões	2.475.258,38 €	449.166,98	22,17%	2.026.091,40 €
Conservação e reparação	19.358,54 €	10.449,98	117,30%	8.908,56 €
Serviços bancários	3.379,27 €	1.359,42	67,30%	2.019,85 €
Outros	3.049,30 €	(3.432,48)	(52,96%)	6.481,78 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3.052,28 €	1.224,26	66,97%	1.828,02 €
Livros e documentação técnica	66,41 €	66,41		0,00 €
Material de escritório	18.152,68 €	3.858,67	27,00%	14.294,01 €
Artigos para oferta	1.136,77 €	1.086,89	2179,01%	49,88 €
Artigos de Decoração	3.092,44 €	2.785,97	909,05%	306,47 €
Outros	1.047,53 €	333,14	46,63%	714,39 €
Eletricidade	12.931,28 €	1.562,55	13,74%	11.368,73 €
Combustíveis	20.686,21 €	5.886,25	39,77%	14.799,96 €
Água	1.954,48 €	113,60	6,17%	1.840,88 €
Deslocações e estadas	55.421,70 €	35.363,65	176,31%	20.058,05 €
Rendas e alugueres	128.092,57 €	17.338,23	15,65%	110.754,34 €
Comunicação	35.467,61 €	4.416,75	14,22%	31.050,86 €
Seguros	24.300,15 €	9.086,48	59,73%	15.213,67 €
Contencioso e notariado	155,00 €	65,00	72,22%	90,00 €
Despesas de representação	15.686,45 €	7.976,87	103,47%	7.709,58 €
Limpeza, higiene e conforto	5.645,15 €	471,39	9,11%	5.173,76 €
TOTAL	3.010.028,64 €	589.069,22	24,33%	2.420.959,42 €

## c. Garantias

A “F. Rego – Correctores de Seguros SA” interveio num contrato de financiamento para aquisição de imóveis por uma empresa do grupo, a sociedade “Regolding - Patrimonial, SA”, enquanto tomador condicional. O valor de aquisição do referido imóvel pela “Regolding – Patrimonial, SA” ascendeu a 532.387,01 €. Esta aquisição foi em regime de locação financeira.

## d. Créditos comerciais com o exterior

No quadro abaixo podem verificar-se os montantes relativos a créditos comerciais com o exterior a 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

(valores expressos em euros)

Créditos comerciais com o exterior	31-12-2018			31-12-2017
	Quantias	Variação em valor	Variação face ao período anterior	Quantias
Clientes - gr - mercado intracomunitário	0,00 €	0,00		0,00 €
Clientes - gr - mercado externo	0,00 €	0,00		0,00 €
Total da conta de clientes relativa a não residentes	0,00 €	0,00		0,00 €
Fornecedores - gr - mercado intracomunitário	0,00 €	0,00		0,00 €
Fornecedores - gr - outros mercados	0,00 €	8.711,23	(100,00%)	8.711,23 €
Total da conta de fornecedores relativa a não residentes	0,00 €	8.711,23	(100,00%)	8.711,23 €

h  
4  
R  
M  
P

#### e. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A empresa não registou provisões, no exercício em apreço.

Não existiam quaisquer ativos ou passivos contingentes à data do balanço.

#### 21. Fatores de Risco Financeiro

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela Administração que identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

## 22. Proposta de aplicação de resultados

A Administração da F. Rego - Corretores de Seguro, SA propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 590.110,59 € (quinhentos e noventa mil, cento e dez euros e cinquenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Gratificações aos colaboradores (já pressupostos no resultado líquido do período): 63.808,12 € (sessenta e três mil, oitocentos e oito euros e doze cêntimos);
- Aumento de capital: 100.000 € (cem mil euros);
- Distribuição de dividendos: 475.000,00 € (quatrocentos e setenta e cinco mil euros);
- Reservas Livres: 15.110,59 € (quinze mil cento e dez euros e cinquenta e nove cêntimos).

## 23. Relato Financeiro dos Mediadores de Seguros ou de Resseguros

### a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas

As prestações de serviço são constituídas, na sua maioria, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecidas como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios. Existem ainda prestações de serviços relacionadas com consultoria prestada no âmbito da atividade da empresa.

Nos casos em que os tomadores de seguros fazem pagamentos diretos às respetivas companhias de seguros, a empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada (pela Seguradora) do recebimento desse prémio. As comissões recebidas em dezembro e só comunicadas à F. Rego em janeiro seguinte, foram reconhecidas como rendimento em 2018, por contrapartida de acréscimo de rendimentos.

As estimativas do “rappel” que as companhias de seguro pagam no exercício seguinte, mas que se reportam aos objetivos conseguidos no ano de reporte são reconhecidas como rendimento do período, por contrapartida de “acréscimos de rendimentos”.

### b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza

As remunerações de 2018 ascenderam a 5.206.904,00 € (4.495.051,73 € no ano anterior). Deste montante global, foi recebido, durante o ano de 2018, o valor de 4.705.078,67 € (3.890.799,53 € em 2017). Dos restantes, 495.424,80 € (592.255,91 € em 2017) dizem respeito

a acréscimos de rendimentos decorrentes da aplicação da política contabilística descrita na alínea anterior e 6.400,53 € a valores ainda não recebidos de clientes.

c) Total remunerações relativas a seguros desagregados por ramos “Vida”, “Fundos de Pensões” e “Não Vida” e por origem

*(valores expressos em euros)*

Por entidade (origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empesas de Seguros	51.454,12 €	44.211,39 €	4.059.721,52 €	3.658.128,22 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores			1.095.728,36 €	792.712,12 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)					0,00 €	0,00 €
Total	51.454,12 €	44.211,39 €	5.155.449,88 €	4.450.840,34 €	0,00 €	0,00 €

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

*(valores expressos em percentagem)*

Por entidade (origem)	2018	2017
Empesas de Seguros	78,96%	82,36%
Outros Mediadores	21,04%	17,64%
Clientes (outros)	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

e) Valores das contas de “clientes”

As contas bancárias que contêm os fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por “contas clientes”) apresentavam os seguintes saldos iniciais e finais e foram

objeto dos seguintes movimentos

(valores expressos em euros)

BCP - conta "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	2018	2017
Saldo no final do período	178.624,62 €	251.260,96 €
Saldo no início do período	251.260,96 €	565.425,81 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	23.606.962,95 €	25.180.720,13 €
A crédito	23.679.599,29 €	25.494.884,98 €

(valores expressos em euros)

Bankinter - conta "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	2018	2017
Saldo no final do período	446,32 €	6.791,44 €
Saldo no início do período	6.791,44 €	5.196,27 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	351.081,64 €	437.714,09 €
A crédito	357.426,76 €	436.118,92 €

(valores expressos em euros)

BPI - conta "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	2018	2017
Saldo no final do período	1.743,66 €	3.770,78 €
Saldo no início do período	3.770,78 €	4.533,28 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	198.805,86 €	355.607,82 €
A crédito	200.832,98 €	356.370,32 €

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

(valores expressos em euros)

Por Entidade (origem)	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2018	2017	2018	2017
Tomadores de Seguros	165.593,61 €	0,00 €	2.737,12 €	65.528,41 €
Empresas de Seguros	1.177,27 €	359,51 €	356.446,35 €	223.080,38 €
Total	166.770,88 €	359,51 €	359.183,47 €	288.608,79 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

(valores expressos em euros)

Por Natureza	Saldo Contabilístico no final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2018	2017	2018	2017
A			193.589,86 €	65.528,41 €
B	166.770,88 €	359,51 €	165.593,61 €	223.080,38 €
C				
D				
E				
Total	166.770,88 €	359,51 €	359.183,47 €	288.608,79 €

Legenda:

A – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

B – Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro

C – Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários

D – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar

E – Outras quantias

h) Idade das contas a receber vencida à data de relato

Não existe saldo vencido nas “contas a receber” relacionado com atividades de corretagem.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 2018 não foram transacionadas carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela:

Não ocorreram cessações de contratos de seguros, nem foram pagas ou recebidas indemnizações de clientela.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

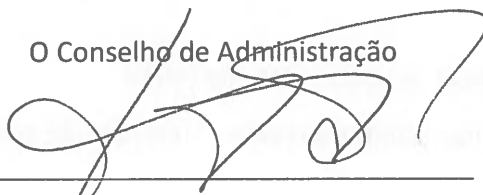
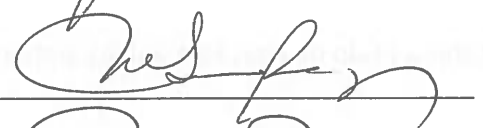
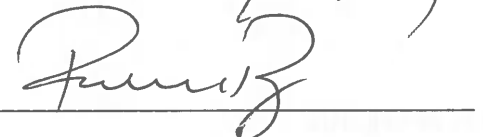
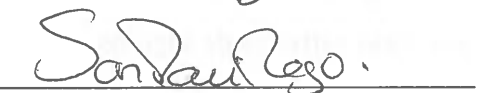
Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

(valores expressos em euros)

CE-Companhias		Remunerações (ramo vida, não vida e fundos de pensões)			
		€		%	
		2018	2017	2018	2017
1011	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	994.233,95 €	652.596,97 €	19,09%	14,52%
1028	ALLIANZ PORTUGAL - Companhia Seguros	247.005,67 €	287.455,06 €	4,74%	6,39%
1037	Companhia de Seguros Tranquilidade, SA	490.556,52 €	429.540,80 €	9,42%	9,56%
1043	Generali - Companhia de Seguros, S.p.A.	233.918,40 €	359.219,28 €	4,49%	7,99%
1160	Victoria - Seguros, S.A.	353.835,09 €	267.278,26 €	6,80%	5,95%
TOTAL		2.319.549,63 €	1.996.090,37 €	44,55%	44,41%

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado





## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 420º do código das sociedades comerciais, competenos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração da **F. REGO – Corretores de Seguros, S.A.** respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificamos, com a extensão considerada necessária, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, tendo obtido da Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos necessários;
- Verificamos, quando julgamos conveniente, da forma que julgávamos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificamos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificamos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmamos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e o Anexo, satisfazem os preceitos legais e estatutários, refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício e foram elaborados de acordo com as Normas Técnicas e contabilísticas geralmente aceites em Portugal, cumprindo o Sistema de Normalização Contabilística.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuamos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

Não tomamos conhecimento de qualquer violação da lei ou dos estatutos da Empresa.

Durante o exercício de 2018, não foram concedidas autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397º do CSC.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efectuamos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal de Contas sem reservas e sem ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

#### **PARECER DO FISCAL ÚNICO**

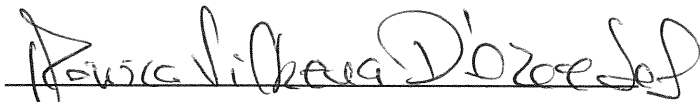
Senhores Accionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da **F. REGO – Corretores de Seguros, S.A.**, nos termos do artigo 420º do código das sociedades comerciais, em resultado do qual somos de parecer que:


- a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2018 cumpre com os requisitos previstos no código das sociedades comerciais;
- b) O Relatório de Gestão do exercício de 2018 satisfaz os requisitos previstos no código das sociedades comerciais;
- c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2018, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Maia, 21 de Junho de 2019

**O FISCAL ÚNICO**



**(Mónica Maria Vilhena A. de Orey Leal - ROC nº 1188)**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **F. REGO – Corretores de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2 440 485 euros e um total de capital próprio de 1 307 296 euros, incluindo um resultado líquido de 590 111 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **F. REGO – Corretores de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Maia, 21 de junho de 2019

  
**Mónica Maria Vilhena Albuquerque de Orey Leal**  
(ROC 1188; CMVM 20160799)